



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO SEMINÁRIO REGIONAL PARA DISCUSSÃO DA PEC Nº 14/2021
REALIZADA EM 29/09/2025**

**ATA DO SEMINÁRIO REGIONAL PARA DISCUSSÃO DA PEC Nº 14/2021, DA DÉCIMA
SEGUNDA LEGISLATURA REALIZADA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e cinquenta e sete minutos no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente deste Parlamento e coordenador da Frente Parlamentar em Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias, em parceria com a Câmara Federal, por meio dos deputados federais Geraldo Rezende e Dagoberto Nogueira, membros da Comissão Especial sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias, deu-se abertura do Seminário Estadual Para Discutir a PEC nº 14/2021.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Autoridades, parlamentares, profissionais da área de saúde, representantes de entidades de classe, acadêmicos, senhoras e senhores, boa tarde, sejam todos bem-vindos. Boa tarde aos que nos acompanham ao vivo pela TV Alems, canal 7,2 da TV aberta, rádio Alems conectada à rádio Senado, na frequência 105,5, e pelas nossas plataformas digitais. Informamos que temos Wi-Fi disponível; para conectar, localize em seu dispositivo a rede Alems. Informamos que os registros por fotógrafos oficiais estarão disponíveis na galeria do site da Alems e que as notas taquigráficas deste evento serão disponibilizadas no site da Alems, dentro do prazo regimental. Sua Excelência o senhor deputado estadual Renato Câmara, primeiro-vice-presidente deste Parlamento e coordenador da Frente Parlamentar em Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias, em parceria com a Câmara Federal, por meio dos deputados federais Geraldo Rezende e Dagoberto Nogueira, membros da Comissão Especial sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias, realizam nesta tarde, nesta Casa de Leis, o presente seminário aqui no estado de Mato Grosso do Sul para discutir a PEC nº 14 de 2021. A referida PEC propõe alterar o artigo 198 da Constituição federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, garantindo assim a aposentadoria especial, integral e paritária, bem como a necessidade de desprecarização dos vínculos trabalhistas. Para compor a mesa dos trabalhos, vamos receber o proponente deste seminário, o deputado Renato Câmara... Vamos receber o deputado federal Geraldo Rezende, segundo-vice presidente da Comissão Especial sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias na Câmara Federal; deputado federal Dagoberto Nogueira, neste ato representando o relator da já citada comissão especial. Agora vamos receber o vereador Doutor Jamal, aqui representando a Câmara Municipal de Campo Grande. Convidamos: a doutora Elane Alves, diretora do Fórum Nacional das Representações dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias; senhor Marco Aurélio Amorim Bonetti, presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias de Dourados; e senhora Aparecida da Silva Salviano, presidente da Associação Três-Lagoense de Agentes Comunitários de Saúde. Registraremos a presença da deputada Gleice Jane, aqui prestigiando nosso evento. Senhoras e senhores, teremos neste momento

a execução do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul (letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes, e música de Radamés Gnattali [execução do hino]... Senhoras e senhores, registramos a presença, no plenário especial: do defensor público Bruno Augusto de Resende Lousada, coordenador auxiliar do Núcleo de Direitos Humanos, neste ato representando o defensor público-geral, doutor Pedro Paulo Casparini; do vereadores Sérgio Nogueira e Elias Ishy, ambos de Dourados; do senhor Michel Vaz Morisson, vice-presidente da Federação dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul; das advogadas Paula Escobar Yano e Pietra Escobar Yano, do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias de Dourados, e da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Três Lagoas; da senhora Joseane Vicente, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Itaporã; da senhora Rosane Figueiredo Batista, chefe do Polo Base Indígena do Município de Sidrolândia; da senhora Karine Cavalcante da Costa, superintendente de Atenção Primária da Saúde da SES; do senhor Fernando Claudino, assessor parlamentar do deputado Beto Pereira; do senhor Edson Nogueira, vereador de 2013 a 2016 e prefeito de 2017 a 2024 Iá de Jaraguari; e da senhora Priscila Teodoro da Silva, agente de saúde, neste ato representando o Sindicato dos Servidores e Funcionários de Campo Grande. Senhoras e senhores, para dar-lhes as boas-vindas e fazer a abertura oficial deste seminário, anunciamos o deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente deste Parlamento.

DEPUTADO ESTADUAL RENATO CÂMARA - MDB (proponente) — Boa tarde a todos. É uma satisfação receber cada um de vocês aqui. Invocando a proteção de Deus e em nome da liberdade e da democracia, declaro aberto o Seminário Regional para a Discussão da PEC nº 14/2021, em parceria com a Câmara Federal, com o objetivo de alterar o artigo 198 da Constituição federal, para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, garantindo a aposentadoria especial, integral e paritária aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, bem como a necessidade de desprecarização dos vínculos trabalhistas. É com satisfação que recebemos aqui, nessa parceria com a Câmara federal, o deputado federal Geraldo Rezende, militante de longa data nesse tema, e o deputado federal Dagoberto Nogueira; assim como a Elane, que tem feito um belo trabalho em Brasília, nessa importante interlocução com cada um de vocês e com diversas outras autoridades pelo país inteiro. Na pandemia tivemos a oportunidade de conhecer o trabalho de vocês, aliás eu conheço esse trabalho desde a época em que fui prefeito... Mas foi na pandemia que vocês deram uma demonstração de coragem, ali pudemos ver na prática a eficiência desse trabalho, esse encurtamento do caminho entre o paciente e posto de saúde, entre o assistido e o hospital. E na pandemia, a informação foi a grande arma para fazer esse enfrentamento, antes do surgimento das vacinas. Agora, não basta só reconhecer a relevância desse trabalho, deputada Jane — Vossa Excelência que milita na área, junto com o Professor Rinaldo, assim como os vereadores aqui presentes —, não se vive só de tapinha nas costas e de reconhecimento, é preciso também uma remuneração à altura, é preciso também uma aposentadoria condigna para aquele profissional que consagra sua vida a trabalhar muito e ainda correndo riscos. Encerro minhas palavras dizendo que nós

da frente parlamentar estamos atentos e de portas abertas, deputado Geraldo, deputado Dagoberto, prontos para defendê-los aqui no Mato Grosso do Sul, para fazer esse meio de campo (aliás é importante a presença dos vereadores aqui, para fazer esse meio de campo com os prefeitos); estou junto com vocês nessa caminhada, podem contar comigo. Muito obrigado... Neste momento passo a condução dos trabalhos ao deputado federal Geraldo Rezende, segundo-vice-presidente da Comissão Especial sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO FEDERAL GERALDO REZENDE - PSDB/MS (segundo-vice-presidente da Comissão Especial Sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara dos Deputados) — Boa tarde a todos. Primeiro quero agradecer ao deputado estadual Renato Câmara, à deputada Gleice e ao Professor Rinaldo. Meu muito obrigado também ao deputado Dagoberto, presente comigo na comissão da PEC 14. Obrigado aos vereadores... vejo o Sílvio Pitu, aqui de Campo Grande; o Elias Ishy, o Pastor Sérgio, lá de Dourados; doutor Jamal, aqui de Campo Grande; vejo também a representação de Três Lagoas; o Marco Aurélio, lá de Dourados. Em nome destes que acabo de citar cumprimento a todos os agentes comunitários de saúde. Minha ligação com vocês é umbilical, estamos nessa luta não é de hoje; essa luta se iniciou quando eu ainda estava nos bancos da Universidade Federal do Ceará. Nós conseguimos trabalhar um projeto-piloto numa pequena cidade do litoral do Ceará chamada Icapi, à época lutávamos contra a ditadura militar, pela reconquista da democracia, e nos batíamos também para constituir um sistema de saúde universal, um sistema que pudesse atender indistintamente a todo o povo brasileiro. E dentro desse sistema, nós começamos a criar pequenos mecanismos, isto na pequena Itapuí. Isso depois foi replicado em Quixadá, no sertão do Ceará, conhecida como a "cidade da galinha choca" (devido a presença na região de uma enorme rocha em forma de galinha...). Mas bem. O governo federal então adotou os agentes comunitários de saúde e passou a financiar os na sua inteireza, chegando a contemplar todos os municípios do Ceará. Mais tarde, quando esse programa envolvendo os agentes de combate às endemias foi também adotado em outros estados brasileiros, a União tratou também de financiar. Então, pessoal, a nossa luta remonta a trinta, quarenta anos; já vi vários deputados e deputadas que passaram pela Câmara e deixaram sua marca nessa luta; gente como a Elane, com quem convivemos há quase trinta anos naquele parlamento, que muito tem colaborado em várias conquistas; assim também foi a Ruth Brilhante, que já se foi, mas que onde quer que esteja deve estar torcendo por nós, porque "a união faz a força!" — esse era o grito de guerra da Ruth, que a gente espalhou por todo o país. Não há cidade neste estado que não nos conheça... De 2000 a 2002, quando fui secretário, no governo Zeca do PT, nós expandimos esse programa, sendo que para cada município que o adotava nós díramos como contrapartida uma unidade de saúde totalmente equipada, com um complemento, o da saúde bucal, que até então não existia. A maior conquista dos agentes comunitários, não só em termos de estruturação mas também de remuneração, foi o Mato Grosso do Sul que lhes propiciou. Lembro de um encontro que tivemos aqui no dia 27 de fevereiro de 2002, quando, além de celebrarmos a instituição do dia do agente comunitário, por nossa iniciativa nesta Casa como deputado estadual, criamos também o incentivo do

agente comunitário de saúde: meio salário mínimo para todo agente comunitário de saúde e todo agente de combate às endemias. Nalguns períodos esse valor ficou sem correção, houve uma defasagem, mas eu sempre lembrava às lideranças que isso se devia também à falta de mobilização, à falta de luta. Pois eu digo a vocês: não terceirizem a luta! Vamos cobrar dos dirigentes do estado que assumam o compromisso, em documento público, de voltar com aquela remuneração inicial (aprovada na Assembleia Legislativa), de modo que ela, somada aos recursos advindos do Ministério da Saúde, possa atingir o valor de um salário mínimo completo em cada um dos holerites de vocês. De qualquer maneira, estou muito contente com essa possibilidade de fazermos um balanço do que foi feito até aqui. Como disse, foram criados, na nossa gestão, como secretário, 136 novas unidades básicas de saúde. Cento e trinta e seis! Imaginem como aconteceu isso em cada um dos 79 municípios do Mato Grosso do Sul! E mais de 1.200 postos de agente de saúde foram criados a partir dessa instalação. Quando cheguei à Câmara dos Deputados (estou no sexto mandato), junto com o deputado Maurício Rands, lá da Pernambuco, nós enfrentamos a primeira emenda constitucional, que foi vitoriosa, a 51/2006, que possibilitou a efetivação de milhares de agentes já então em atividade em todo o país — infelizmente não na sua ampla maioria, porque existem ainda municípios que opõem uma resistência a isso. Essa tarefa de cobrar os municípios recalcitrantes tem de ser assumida pelo parlamento estadual (aqui pela frente parlamentar) e pelos parlamentos municipais respectivos, nós temos de cobrar que esses municípios cumpram o que está na Emenda 51/2006, garantindo a vocês que trabalharam, que foram selecionados antes da chegada da emenda, a efetivação. Também conseguimos a aprovação da PEC 391/2008, que garantiu o piso nacional aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias. Por fim, lembro que em 2017 conseguimos votar o PLC 56/2007 que regulamentou a profissão de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias, definindo carga horária, exigente formação, atribuições e reconhecimento simbólico. Agora então nos encontramos nesse processo da PEC 14/2021, que propõe a criação de um sistema próprio de proteção social para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate às endemias, reconhecendo as particularidades da profissão. Em sua essência, a proposta estabelece a aposentadoria especial e exclusiva para os agentes, a responsabilidade dos gestores locais do SUS quanto à regularização dos vínculos empregatícios, o reconhecimento e proteção formal aos agentes de saúde e a equidade na concessão dos benefícios. Quando foi instalada a PEC, eu fui indicado para ser presidente, mas a Elane, muito competente, resolveu criar uma comissão lá — nunca tinha visto isso acontecer — com sete líderes partidários. Sete! [aplausos]... Ou seja, isso dá força ao transitar dessa PEC, afinal, se o líder está presente na comissão, ele logicamente levará a seus liderados, à sua bancada, o compromisso de votar na emenda. Eu então, num primeiro momento, abdiquei da condição de ser presidente e passei a ser o primeiro-vice-presidente; logo depois abdiquei desta outra condição também, pois para mim interessa mais a conquista de vocês do que uma mera formalização: e passei a ser o segundo-vice-presidente, sendo que o deputado Antônio Britto, lá da Bahia, meu dileto amigo, pessoa espetacular, foi indicado como relator. Fizemos então vários seminários por todo o país, alguns com três, quatro, cinco mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. E estamos fazendo este que é o

Último seminário, o relatório já está pronto, foi entregue na última sessão — e como o nosso presidente tinha sempre a dificuldade de estar presente, que no mesmo horário tinha reunião com as lideranças para discutir as pautas no Congresso Nacional, eu acabei presidindo todas — todas! — as reuniões da Comissão Especial nº 14, como segundo-vice-presidente. E lá, junto com a Elane, nós conseguimos formatar o relatório, que foi lido e foi também objeto de pedido de vista coletiva, para que se lhe fizessem os reajustes necessários, dados os vários projetos na mesma direção encaminhados, uns na Câmara, outros no Senado. Pretendemos então votar o relatório final no dia 7 e 8 de outubro, quando haverá uma mobilização nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias — a previsão é que teremos lá no Congresso Nacional de três a cinco mil agentes [plateia reage com muitos aplausos]... A união faz a força, mas é importante também que cada um de vocês trabalhe, verifique como está o andamento do processo lá em Brasília e, sobretudo, vejam como ficou o relatório final. Nós apresentamos uma emenda importante, já que estavam ficando de fora os agentes comunitários de saúde indígenas e os Aisans [Agentes Indígenas de Saneamento]; a proposta foi minha de inseri-los, que eu acho muito justo [plateia reage com palavras de ordem em sinal de aprovação], para que estes também possam usufruir dessa conquista, já que eles trabalham numa situação de muita vulnerabilidade, tendo de lidar com os muitos desafios que se apresentam nesse trabalho dentro das aldeias indígenas, do país como um todo, mas principalmente nas do nosso estado. Dito isso, passo a palavra ao deputado Dagoberto. Parabéns a todos, e agradeço à Assembleia Legislativa; eu, que já tive assento nesta Casa, sei o quanto importante é essa luta que nos une a todos, parlamento federal, parlamento estadual e parlamentos municipais, com o objetivo de fazer justiça às categorias que contribuem efetivamente com a sociedade. Como disse o deputado Renato Câmara, a contribuição desses profissionais durante a pandemia foi crucial, mas essa contribuição não é só nas horas mais difíceis, ela se faz presente também no dia a dia, mesmo com sol a pique, mesmo com chuva, sempre com o compromisso de mudar não só a realidade da saúde, mas a realidade de forma geral que ainda vive um contingente expressivo da população brasileira, com o compromisso de construir um país melhor, e só se constrói um país melhor quando se tem uma saúde melhor. Parabéns mais uma vez a todos, e vamos em frente [aplausos]... Deputado Dagoberto, a palavra está com Vossa Excelência, que tem o tempo que precisar.

DEPUTADO FEDERAL DAGOBERTO NOGUEIRA (PSDB/MS) — Boa tarde a todos. É uma alegria participar deste evento. Começo cumprimentando os companheiros da mesa: o deputado Renato Câmara, coordenador da frente parlamentar; o Geraldo, meu colega e companheiro na Câmara dos Deputados; o vereador Jamal, em cuja pessoa estendo minha saudação a todos os vereadores, para não cometer nenhuma injustiça, não quero esquecer ninguém. Meus cumprimentos à Elane, nossa diretora do Fórum Nacional; ao Marco Aurélio, presidente do sindicato; a Aparecida, a Cida, nossa presidente de Três Lagoas, em cuja pessoa estendo minha saudação a todos os companheiros do interior. Cumprimento ainda o Jonatan, ele que vai cedo da tarde e à noite ao meu gabinete, estava achando até que era funcionário de lá. Cumprimento também o Michel, aqui representando

a federação e a confederação dos funcionários públicos — obrigado, Michel, pelo trabalho fantástico que você faz... e essa reforma administrativa, nós temos de ficar muito atentos a isso também. Cumprimento o deputado Rinaldo (que tinha que estar aqui na mesa conosco), grande deputado, que muito tem ajudado o funcionalismo público. Meus cumprimentos também à deputada Gleice Jane, é um prazervê-la aqui também. Bom, pessoal, estamos aqui para discutir essa PEC que traz essa garantia, essa proteção para todos vocês. E isso é muito importante, tanto para os agentes comunitários de saúde quanto para os agentes de combate às endemias. É muito necessário aprovar isso aí porque eu sei da situação que vocês estão vivendo hoje; cada município vive uma situação, cada município paga de um jeito, cada município contrata de um jeito; e, como diz o meu companheiro Geraldo Rezende, nessa questão vocês cumprem um papel fundamental em todos os aspectos, isto o Brasil inteiro reconhece; só que vocês não têm nenhuma garantia de nada: podem ser trocados a qualquer momento; entra um novo prefeito, põe o time dele, não há nenhuma preocupação com aqueles que trabalharam, que já conhecem as casas, que sabem quem tem problema, quem não tem. Eu sei o trabalho que vocês fazem no dia a dia! De forma que o objetivo dessa PEC é transformar a cada um de vocês em *funcionário público*, que vocês sejam efetivados, que vocês sejam respeitados, que vocês tenham garantia de emprego [a plateia reage forte entoando palavras de ordem]... garantia de aposentadoria, que vocês sejam enfim cidadãos respeitáveis: é isto que nós queremos através dessa PEC. E eu não tenho dúvidas que, com o trabalho que a Elane vem fazendo, e já há muito tempo, nós sairemos exitosos. É todo dia ela lá no Congresso, escolhendo os líderes para integrar a comissão, para fazer pressão. Você não imaginam como ela me pressionou para entrar na comissão. Você sempre defendeu os trabalhadores, é importante que você esteja lá... Ela é assim, e foi com essa força, com essa determinação que ela montou essa comissão, totalmente alinhada com os interesses de vocês. Então, Elane, meus parabéns; se essa PEC for aprovada (e acredito que será, não vejo nenhum deputado falar contra), nós temos que erigir uma estátua para você [aplausos], esse pessoal aí deve muito a você, o trabalho que você faz, aquilo que você representa é de um valor incalculável. Ela nunca foi lá no meu gabinete para pedir coisas pessoais, nada disso: ela luta é por vocês! E essa dedicação toda acaba nos motivando a também lutar cada vez mais... Mas aqui tenho que repetir uma coisa que o Geraldo falou: o nosso êxito ainda vai depender muito da mobilização de vocês no dia em que a PEC entrar em pauta para votação. É muito importante essa mobilização, porque o Congresso só funciona à base da pressão, e cito alguns exemplos. Havia essa reforma administrativa do governo passado, que ia acabar com o funcionalismo, que ia terceirizar o trabalho do funcionário público, que ia privatizar o serviço público, que era um desastre para o funcionalismo; e o governo tentou pautar... Mas aí tivemos o apoio do funcionalismo, que se juntou a nós todos os dias em que tentaram pautar; certo dia invadimos o plenário, armamos um rolo danado, e foi cancelada a votação do texto que estava na iminência de ser votado. Havia voto suficiente para aprovar, mas eu falei: "Gente, se fizermos pressão, quero ver que deputado que vai votar contra." E aí entrou ano eleitoral, e temendo que o eleitor não esquecesse a carinha de quem vota contra o trabalhador, eles nunca mais pautaram, e foi esquecida a tal reforma administrativa. Agora anda no ar outra reforma, até conversava a respeito com a Elane, que está preocupada... Não se preocupe,

que é outro governo. Primeiro, o que nós vamos combater nesta reforma são os privilégios, este será o foco da nossa luta: acabar com os privilégios, que há tanto no Judiciário, como os há no Ministério Público, no Executivo e até no Legislativo. Nós vamos combater privilégios, para que não aconteça mais esse tipo de vergonha que anda aí nos jornais, de um membro do judiciário, à força de acumular penduricalhos, acabar recebendo trezentos, quatrocentos mil por mês, enquanto que a maioria dos brasileiros recebe salário mínimo. No Ministério Público ninguém ganha menos de duzentos mil reais... e está lá o povo brasileiro nessa situação braba que todos sabem. Os procuradores estão na mesma situação... E o interessante é que os membros do Supremo Tribunal Federal não têm os mesmos penduricalhos, estes recebem o teto normal... mas o resto, ninguém recebe. Então é com isto que nós temos de acabar, com essa vergonha que entristece o país, e nós vamos lutar por isso, para que saia essa reforma administrativa, para que possamos dar uma contribuição para que o Brasil possa ser mais justo com todos que têm função pública. Eu termino a minha fala dizendo que essa matéria pode ser votada, inclusive, na próxima semana; ela vai ser lida, depois vem o interstício, e aí repito: é muito importante a mobilização. Amanhã vou conversar com o presidente Hugo Motta para saber se vai dar tempo, porque me preocupa vocês fazerem uma mobilização grande... A Elane me disse "nós vamos levar cinco mil lá"... Se vocês levarem cinco mil, a matéria vai ser aprovada sem nenhuma dúvida, mas a minha preocupação é esses cinco mil irem para lá, o texto não ser votado, e depois não terem dinheiro para voltar a Brasília, isso pode ser um problema. Então vamos conversar, vamos procurar dar essa garantia, acho mesmo que vai acontecer isso, porque a matéria está pronta para ser votada, só depende agora do relator. Nós tivemos agora conversando com o deputado Britto, e ele acha que é possível sair a votação. Por fim, gente: contém comigo, estarei sempre nessa luta, como sempre lutei por todos os trabalhadores, e, de novo, acho mais que justo colocá-los na situação de funcionário público efetivo, para que amanhã ou depois vocês possam se aposentar e ter uma velhice digna. Vamos à luta! Tenho certeza que vamos conseguir essa PEC... e aí, nós vamos fazer a estátua dessa menina [aplausos]...

DEPUTADO FEDERAL GERALDO RESENDE - PSDB/MS (segundo-vice-presidente da Comissão Especial Sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara Federal) — Pessoal, vamos proceder aqui como procedemos na Câmara dos Deputados. Vamos ouvir componentes da mesa alternadamente com componentes da plateia. Agora então vamos dar de três a cinco minutos para as próximas intervenções. Vou passar então a palavra para a Elane Alves, diretora nacional do Fórum das Representações dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias...ela parece que quer falar da tribuna... tenho certeza, pelo seu belíssimo trabalho, que não tarda a ocupar alguma tribuna no país, seja na Bahia, sua terra, seja em Brasília, para continuar ainda com mais força esse trabalho maravilhoso. Algumas vezes eu a trouxe aqui com recursos do próprio gabinete, a levamos ao interior, a Dourados, a trouxemos aqui em Campo Grande... Aproveito para cumprimentar o Bruno Resende, aqui representando a Defensoria Pública do Estado, por sinal, meu primo segundo, ele que está lá em São Gabriel do Oeste; cumprimento a minha filha, que está do lado da Gleice, ela quer fazer parceria

com a Gleice no próximo mandato; vamos ver se vai dar certo esse processo, ela diz que é mais simpática do que eu, eu sou mais duro, mas é na dureza que a gente consegue avançar... Amanhã mesmo, né? Gleice, lá em Dourados temos uma bela comemoração no Hospital da Mulher, iniciativa deste parlamentar — pois estaremos lá, junto com o ministro, reinaugurando a Reitoria da UFGD, que ficou dez anos parada. A palavra está com você, Elane, por cinco minutos. Uma salva de palmas à Elane! [muitos aplausos e muitas palavras de ordem na plateia]...

SENHORA ELANE ALVES (diretora do Fórum Nacional das Representações dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias) — Boa tarde a todos. Muito obrigada pelo convite, o que se deve principalmente à iniciativa dos agentes comunitários e dos agentes de endemias. Agradeço em nome do Marcos, agradeço em nome do Sindicato de Dourados, da Associação de Três Lagoas, que são membros inclusive da direção do fórum nacional, do Fnaras. Cumprimento os membros da mesa, na pessoa do nosso deputado Geraldo Resende, que repto meu amigo, de longa, mas longa data. O deputado fala de trinta anos... não são trinta anos, ainda não, é bem menos que isso. O deputado Geraldo Resende nos acompanhou na luta da PEC 007, lembro muito bem, de nos corredores a gente sair atrás dele, ele não tinha tantos cabelos brancos assim, mas nos lembramos muito bem da sua coragem, empenho e compromisso. O deputado Dagoberto é outra pessoa que me encanta, primeiro pela acessibilidade; a qualquer tempo, a qualquer hora que é chamado, esteja na correria que for, ele para, dá atenção, coloca-nos à disposição a sua assessoria, uma das assessorias mais competentes que eu já vi no Congresso Nacional... o senhor está de parabéns... O deputado Dagoberto sempre nos atendeu, sempre fez questão de estar presente. Hoje no PSDB, já esteve no PDT, e no PDT muitas vezes nos ajudou — quando o hoje ministro Wolnei [Queiroz] era líder do PDT, muitas vezes o senhor nos levou até ele, para a gente articular outras pautas, como a da PEC 391, que deu origem à Emenda 63, e assim por diante. Então, senhores, em nome desses dois valiosos parlamentares, que fizeram e fazem a diferença para a nossa categoria, eu cumprimento os membros da mesa. Cumprimento também os agentes comunitários e os agentes de combate às endemias, na pessoa da minha companheira lá de Três Lagoas, agente comunitária de saúde, que com certeza representa muito bem a história dos agentes de saúde de Mato Grosso do Sul, que a rigor não é diferente da história dos seus colegas do país todo. Mas, deputado, o senhor foi um pouco ingrato comigo dando-me só cinco minutos, que eu tenho muita coisa a falar. Mas vou tentar ser sintética. Começo fazendo um apontamento histórico. O senhor mencionou o início do programa dos atendentes de saúde, mas eu queria lançar outra luz nessa história. Os agentes comunitários de saúde, em 1991, passam a ser objeto de um programa nacional do governo federal. A minha presidente nacional hoje, a Valda (que é agente comunitária de saúde de Guanambi há 34 anos), fala com muito orgulho que ela é filha do cólera; ela passou num processo seletivo em 1991... Em 1991 o país vivia uma realidade muito diferente da que temos hoje. Antes da criação do SUS existia um negócio chamado Inamps, e só tinha direito à saúde quem pagava, a coisa funcionava com coparticipação, você tinha que ter carteira assinada ou pagar um carnezinho laranja, do INPS, para ter direito à saúde

pública. E aí, em 1988, o país se revoluciona com o advento da Constituição federal, que é de 5 de outubro de 1988, cujo artigo 198 diz que o SUS tem de ser criado e que será universal, gratuito e integral. Eu fico imaginando a população daquela época se perguntando: Poxa, se pagando não dá certo, imagina de graça! Era mesmo um desafio gigante... Mas o SUS então começou a ser criado, e nós nascemos com o Sistema Único de Saúde, nascemos com a mesma dificuldade, com o mesmo desafio. Nosso país, deputado Dagoberto, não tinha médico nem enfermeiro em número suficiente para atender uma população daquele tamanho, e olhe que hoje somos ainda mais numerosos... E nós fomos acometidos do cólera, que entrou pela Região Norte, passou pelo Nordeste e chegou à Região Sudeste, matando; e matando quem? o povo pobre, que não tinha acesso à saúde, que não tinha acesso ao mínimo necessário de infraestrutura, como por exemplo água potável, não tinha acesso a um banheiro; a pessoa morria porque não tinha acesso à informação, à educação, a pessoa não sabia que simplesmente lavar as mãos, ferver a água, fazer suas necessidades num lugar adequado, ela não sabia que isso podia lhe salvar a vida. Aí o governo federal para e avalia o que fazer com aquele tanto de gente morrendo, gente pobre morrendo... Porque doutor, enfermeiro, psicólogo, só se formava quem era rico, filho de rico, e filho de rico não ia atender pobre, não havia gente para atender pobre — aí inventaram os agentes de saúde. Inventaram os agentes de saúde que eram os *pobres* para cuidar de *pobre*, era exatamente isso. Quem assumiu essa função foram aqueles que moravam nas comunidades, que eram vizinhos justamente daquelas pessoas que precisavam ser tratadas, cuidadas... E por quê? Porque eles já estavam inseridos na comunidade, e porque sabiam exatamente como era aquela realidade. E muito mais que isso: porque eles gozavam de uma coisa chamada *credibilidade*, eles gozavam da confiança daquele povo. E o que esse profissional dissesse ia ser atendido, acolhido... E aí a gente já começou a ensinar o povo a fazer multimedida, a fazer o soro caseiro, a tomar medidas simples de cuidado, como da higiene pessoal. Começamos então a desvendar os segredos do Sistema Único de Saúde, e por anos, décadas, fomos o rosto, os pés, as mãos do Sistema Único de Saúde na casa do povo brasileiro (do povo pobre!). O Sistema Único de Saúde hoje é tão invejado no mundo inteiro, tão copiado no mundo inteiro, tão desejado no mundo inteiro, e é assim porque deu certo. Deu certo porque teve um exército de pessoas que não eram doutores, que não tinham passado por faculdade, que eram iguais àqueles que precisavam de uma atenção, pessoas que encararam o desafio de fazer um SUS que desse certo. E deu certo, deu certo para o SUS. O SUS hoje paga transplante de rico, o SUS hoje paga remédio caro para pobre, o SUS hoje atende criança, idoso, negro, branco, índio: o SUS hoje é grande. Mas o SUS só é grande porque teve um exército de pessoas que abriram mão da sua dignidade. Deputado, os primeiros agentes comunitários e agentes de combate às endemias ficaram de 1991 a 2006 sem uma vírgula de lei neste país que garantisse carteira assinada, direito a férias, direito a décimo terceiro, direito a licença-maternidade, direito a um salário digno: você tinha direito a... trabalhar. Nós ficamos à margem da dignidade, mas conquistamos, consolidamos o Sistema Único de Saúde. E aqui chego à PEC 14. A PEC 14 é uma carta de alforria para os agentes de saúde [aplausos]... A PEC 14 representa uma reparação histórica por parte do SUS para esses trabalhadores. Com a PEC 14, o que nós pretendemos é ter uma aposentadoria digna. Em 2022, vejam

quanto tempo se passou, nós conseguimos uma PEC, a 22, que garantiu dois salários mínimos para a categoria... Mas sabe o que vai acontecer se não aprovarmos a PEC 14? Todos aqueles agentes de saúde filhos do cólera, foram eles que mantiveram o Sistema Único de Saúde, que sobreviveram a todas as mudanças de gestores, que sobreviveram a todas as doenças, que sobreviveram a todos os desafios, que venceram, muitos deles, a mortalidade infantil, a desnutrição infantil, a mortalidade materna, que ganharam prêmios no mundo inteiro, pela melhora nos índices, pela erradicação de doenças. Se somos modelo em termos de vacinação, isso não é à toa, isso não é de graça; isso, senhores, deve-se àquelas pessoas que batem na porta todos os dias fazendo esse levantamento. Pois nós sobrevivemos a tudo isso, e conquistamos a nossa dignidade com a aprovação da Emenda Constitucional 51 (os senhores estavam lá), conquistamos ainda a nossa Emenda Constitucional 63, que nos deu direito a um piso; e conquistamos a nossa dignidade com a Emenda 120... Tudo isso é muito bom, mas sem a PEC 14, nós vamos rasgar tudo isso e jogar fora. Porque ao se aposentar, o agente de saúde aposenta-se com o salário... mínimo. Porque a reforma da Previdência negligenciou a existência do agente de saúde; em 1988, porque não existia a função; em 2003, porque ninguém olhava para nós, éramos invisíveis para a Previdência. E aí em 2019 piorou. Ou seja, nós passamos por todas as reformas e ninguém viu o agente de saúde. Agora, em 2025, com a PEC 14, nós seremos enfim inseridos no sistema previdenciário como merecemos, é essa a nossa proposta; é para isto que a PEC 14 existe, para fazer justiça, para tornar visíveis os invisíveis, para que finalmente nos seja dado aquilo que até aqui nos foi negado. Tramitam hoje no Congresso Nacional duas propostas principais, que versam praticamente sobre o mesmo assunto: o PLP 185/2024, no Senado, e a PEC 14/2021, na Câmara dos Deputados. O PLP 185 foi apresentado no Senado, aprovado na comissão de assuntos econômicos; a PEC 14, por sua vez, já tramitou na CCJ e está em fase final na comissão especial, e o seu relatório, se Deus quiser, vai ser aprovado dia 1º agora, e votado no plenário da Câmara dia 7 e 8, semana que vem. O PLP trata exclusivamente da aposentadoria dos agentes de saúde; prevê idade mínima de 50 e 52 anos, com vinte anos de contribuição. A PEC 14 prevê aposentadoria, por categoria, de 25 anos... O relatório, até semana passada, não previa idade mínima, de modo que precisamos pedir vista para fazer a adequação, incluindo nele a idade mínima, isto porque a casa revisora da PEC é o Senado Federal, e no Senado essa matéria foi votada com idade mínima. Por isso, repito, temos de fazer a adequação, senão o Senado vai mexer e ela volta para a Câmara, e com isso perdemos tempo. E o que precisamos é ganhar tempo, porque muita gente não tem condições de esperar. Mas vamos lá... O relatório que vai ser apresentado agora, na próxima quarta-feira, difere do PLP 185, porquanto este trata de uma aposentadoria por risco à saúde, ou seja, equiparando o agente comunitário ao enfermeiro, aos demais profissionais de saúde. A PEC 14, por sua vez, propõe uma aposentadoria por categoria, de forma que ela se distancia da aposentadoria dos profissionais de saúde para se aproximar do modelo de aposentadoria dos professores. Assim sendo, nós vamos ter uma aposentadoria *por categoria*. Por quê? Porque a seguir a linha do PLP, deputado, pela precarização do vínculo que esses agentes tiveram lá atrás (muitos ainda têm), ninguém consegue provar o risco, porque eu preciso de um negócio chamado PPP [Perfil Profissiográfico Previdenciário]. E alguém aqui fez?. Não... LTCAT

(Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho), alguém fez? Não... Então, em vez de dar uma aposentadoria, o que se estará dando é um problema para a categoria. Por isso que a PEC 14 propõe uma aposentadoria de categoria. O que que é necessário? Você provar que exerceu a profissão por 25 anos, independentemente do vínculo empregatício, se era ou não contratado, se era terceirizado, se era CLT, se era estatutário: o que interessa é comprovar 25 anos de profissão como agente comunitário, como agente de combate às endemias. Esta é a primeira grande diferença entre a PEC 14 e o PLP 185. A segunda grande diferença é que através de PLP, deputado Dagoberto, por ser lei complementar, e tendo em vista reforma da Previdência de 2019, não se pode legislar sobre aposentadoria de servidores públicos estaduais nem municipais — porque a Emenda Constitucional 103, da reforma previdenciária, deu autonomia aos entes federados para criar e regulamentar a aposentadoria dos seus próprios servidores. De forma que lei federal não pode regulamentar aposentadoria de servidor municipal, e nesse caso nós somos 98% de servidores municipais. E aí como que ficaria? todos aqueles do INSS seriam contemplados com o PLP 185, mas todos aqueles que têm regime próprio de previdência ficariam fora da aposentadoria, ficaria a critério do município, do gestor municipal instituir ou não a aposentadoria nos moldes da do PLP 185; foi principalmente por essa razão que nós optamos pelo caminho da PEC, que obrigará cem por cento dos gestores municipais a instituir a aposentadoria segundo aqueles critérios — assim como funciona para os professores... Quando se fez constar no texto da Constituição o tempo de cinco anos a menos (no caso dos professores), isso obrigou todos os municípios, inclusive os que operam com regime próprio de previdência, a trabalhar a aposentadoria dos seus professores daquela forma. Da mesma forma, para os agentes comunitários e para os agentes de endemias, o que ficar definido no texto da PEC 14 valerá para cem por cento da categoria, e não só para aqueles do INSS. Em torno dessa PEC 14, deputado Dagoberto, nós tivemos embates enormes com o governo, principalmente com a Previdência; a sensação que eu tenho é que eles defendem com unhas e dentes uma previdência em que todos os segurados seja iguais... Mas, Marcos, na minha formação acadêmica eu aprendi que igualdade é diferente de equidade, e que, portanto, para tratar a pessoa com justiça há que levar em conta as suas desigualdades; e é a isso que a PEC se propõe, que não dá para seguir a mesma regra dos outros servidores, dos outros trabalhadores, com os agentes de saúde. E digo por que, senhores vereadores... Estou vendo os senhores ouvindo com muita atenção, espero que os senhores sejam nossos aliados logo, logo, para regulamentar isso nos municípios... Agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias são os únicos trabalhadores profissionais exclusivos do SUS; é um profissional com lei regulamentando-lhe a profissão, mas ele só existe dentro do SUS... Como assim? Explico... O médico, o enfermeiro, o psicólogo, ainda que atuem no SUS, todos atuam também em clínica, em consultório, numa instituição particular (todos, ninguém vai negar, extremamente importantes para o Sistema Único de Saúde). Mas os únicos profissionais de saúde exclusivos do SUS são o agente comunitário e o agente de combate às endemias [aplausos]... Só por isso eu já teria que pensar muito numa reserva de mercado... Como que eu vou regulamentar, como que vou correr atrás de melhorar a minha média de contribuição para eu ter uma aposentadoria, se eu não tenho um mercado de trabalho?!... Epa! por quê?!

Porque é a União que fixa o meu salário... Mas aí é muito injusto, não? A União ficou de 1991 a 2022 pagando salário mínimo, agora de 2022 para cá me dá dois e me aposenta segundo a regra geral... Assim, que dia que um agente de saúde vai ter uma aposentadoria digna? Nunca! Nem contribuindo mais vinte anos, com dois salários mínimos, nem passo perto de ter uma vida digna depois de aposentada. E por falar nisso, no que que você vira depois que se aposenta? Ora, agente de saúde só existe no SUS, então você continua sendo agente de saúde, só que sem lugar para trabalhar. De forma que eu não posso nem pensar em ter dupla jornada, porque o agente de saúde é agente de saúde em tempo integral... Vocês sabiam disso?... Oito horas diárias? isso é só pró-forma... O agente está lá numa feira, num domingo, chega um incomodando e dizendo "marca para mim aquele exame", será que ele pode dizer "olha, não estou no meu horário de trabalho, eu não posso te responder"? Será que ela vai falar isso? Não... Dão nove da noite, alguém bate à porta: "Socorro, marque para mim, que estou com uma dor de cabeça enorme! marque para mim amanhã, que estou achando que vou morrer!". Você vai dizer que não, que não vai atendê-lo? Não. Pois é, nós somos trabalhadores em tempo integral. Querem ver como quando você trabalha segundo o princípio da igualdade e da equidade a coisa muda? O enfermeiro, o médico, terminam seu plantão e vão embora, começa outro em seu lugar, independentemente de quem seja o paciente, vem outro profissional. E agente de saúde, é assim? Não. O seu agente de saúde, só ele que resolve, só ele; só ele que entra na casa, só ele que conhece. A hora que acabou o horário do PSF [Programa Saúde da Família], baixam-se as portas, o enfermeiro, o médico vão embora, acaba-se a relação deles com aquela comunidade — mas o agente de saúde, fica. É por essas e por outras que não dá para tratar da mesma forma esse trabalhador, nós precisamos que a justiça social nos alcance, em nome do princípio da equidade, e *equidade* é tratar diferentemente aqueles que são diferentes. E nós somos diferentes, nós não somos melhores, mas nós somos diferentes. E esse SUS, é bom lembrar, só é SUS, como nós conhecemos hoje, graças à dedicação desses trabalhadores. Por isso, deputado, a PEC 14 propõe, como regra de transição para essa geração inteira de agentes de saúde, que sobreviveu com salário mínimo, mudando a realidade, mudando o perfil sanitário brasileiro, a PEC propõe a integralidade e a paridade para os atuais agentes comunitários de saúde, que chegaram até aqui ganhando um pouco mais, um pouco menos que um salário mínimo, que eles possam levar para a sua aposentadoria a integralidade e a paridade. O que que é isso, doutora? *Integralidade* é uma regra diferente de calcular a sua aposentadoria; hoje a regra diz que são os cem por cento da sua previdência mais o fator previdenciário de 60%... *Paridade* é a regra de cálculo de reajuste da sua aposentadoria — estamos propondo, para os atuais agentes, é que a aposentadoria seja igual ao último salário da ativa, sem desconto nenhum; aquilo que é fixo, permanente, você leva. *Paridade* quer dizer que toda vez que o salário mínimo subir, o seu reajuste será automático, continuará sendo um salário mínimo: essa é a proposta. Para os futuros agentes, aqueles que começarem a trabalhar depois da aprovação da PEC, a regra será outra, será a geral, porque aí o trabalhador chega com seu emprego garantido, com seu piso garantido, com sua estrutura salarial garantida, bem diferente da realidade de quem começou lá atrás, estes poderão ter aí os seus 25 anos de luta para melhorar sua carreira e avançar na sua aposentadoria. Por fim, vejamos as regras

de transição. As regras de transição vão acontecer, não posso adiantar nada, senão o Antonio Britto me mata; amanhã vocês vão conhecer, amanhã, se Deus quiser, nesse horário, à tarde, nosso relatório já vai estar disponível no site da Câmara... Só uma coisa ainda quero dizer, deputado, que é uma luta muito pessoal minha. Quando da instalação da comissão, eu disse que não íamos deixar ninguém para trás. O que que eu queria dizer com isso, deputado? É o seguinte, são duas pautas; aqueles colegas que já se aposentaram, que não conseguiram esperar, mas que têm seus 25 anos, estão recebendo de aposentadoria um salário mínimo, e não é justo deixar esse povo para trás. Mas graças a Deus o deputado Antonio Britto, não sei se de tanto eu chorar no ombro dele, se de tanta pressão da categoria, está colocando na PEC um negócio que o STF já reconheceu, um negócio chamado *conversão*, segundo a qual, uma vez atendendo aos requisitos, mesmo que você já esteja aposentado e recebendo um salário mínimo, você poderá converter a sua aposentadoria por tempo de serviço ou por idade para a aposentadoria da categoria, saindo assim do salário mínimo para o piso nacional. Então nós vamos trazer dignidade para esse povo. No mais, quero agradecer de público ao deputado Geraldo Resende, pela coragem de defender a nossa causa, e com uma cara marrenta (não mude essa cara, não!). Semana passada ele foi para cima do deputado Britto, porque este não tinha acolhido os Aisans e os AIS no texto; poucas vezes vi o deputado tão bravo com um colega como vi nessa vez, ele foi para cima do Antonio Britto, e o Britto cedeu... Bem, mais uma vez digo que fico feliz, porque de fato não vamos deixar ninguém para trás: os companheiros Aisans e AIS estarão no texto da PEC, terão direito à garantia da desprecarição, a garantia do piso salarial e, principalmente, a garantia da aposentadoria especial, com integralidade e paridade [aplausos]... E isto nós podemos creditar na conta do deputado Geraldo Resende... e o senhor se vire para estar lá quarta-feira, se não puder ir, que ponha alguém à altura para fazer essa defesa.... Meu povo, encerro dizendo que concordo com o deputado Dagoberto: a nossa conquista será do tamanho da nossa mobilização, daqui ninguém faz, nós temos que ir... E, deputado, sou capaz de contar, mas nós vamos colocar cinco mil agentes de saúde em Brasília, se Deus quiser. Já temos 72 ônibus confirmados, mais os colegas do DF; são três mil agentes no DF, se mil deles forem eu fecho essa conta com o senhor. É isso, gente. PEC 14 já!... Deputado, vamos ficar de pé e dar o grito de guerra da nossa companheira Ruth?... Então, agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias do Brasil inteiro, hoje Mato Grosso do Sul representa a Região Centro-Oeste, o povo aqui já deu seu recado... que é PEC 14 já! E a união faz a... força! Obrigada.

DEPUTADO FEDERAL GERALDO RESENDE - PSDB/MS (segundo-vice-presidente da Comissão Especial Sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara Federal) — Vou liberar o deputado Dagoberto, para que ele não perca o seu voo. Assinalo a presença do vereador Flávio Godoy, presidente da Câmara de Vereadores de Itaporã, acompanhado do vereadores José Odair dos Santos, Adriano Martins, Berê Rebeca, Miguel, Manoel Faustino e Lindomar, todos de Itaporã; presente também o Ademir Souza Almeida, secretário de Saúde de Guia Lopes, neste ato representando o presidente do conselho, o Jansen Galhardo, lá de Iguatemi; vereador Ailton Martins de Amorim, de Costa Rica; vereadora Rosângela Marçal Paes, também de Costa Rica; vereador Evair

Gomes Nogueira, também de Costa Rica. Cumprimento a Larissa Domingues Castilho de Arruda, superintendente de Vigilância da Saúde, da Secretaria estadual de Saúde. Meus cumprimentos ao ex-prefeito de Jaraguari, o Edson, aqui demonstrando seu compromisso com a categoria... Agora, como combinado, passo a palavra à deputada Gleice Jane, que terá até três minutos para a sua intervenção. Depois falará o Marco Aurélio. E vamos assim alternando entre um agente político e um representante da categoria... Depois do Marco Aurélio, o vereador Jamal, aqui de Campo Grande, também gostaria de falar... Gleice, por favor.

DEPUTADA ESTADUAL GLEICE JANE (PT) — Boa tarde a todos. Meus cumprimentos ao deputado Renato Câmara, proponente deste seminário e presidente da frente parlamentar em defesa dos agentes comunitários; meus cumprimentos também ao deputado Geraldo Resende, conhecemos-nos já há um bom tempo, ele que é um defensor das pautas da saúde, tem sido sempre um parceiro nessa luta. O deputado Dagoberto, que já saiu, também sempre foi um parceiro nas lutas da classe trabalhadora. Em nome destes que citei, cumprimento os demais integrantes da mesa, e saúde especialmente o Marco Aurélio, companheiro de luta em Dourados de muitos anos, foi ele (junto com o João Cristaldo, aqui presente também) que nos apresentou desde cedo essa luta da categoria. Eu acompanho esse movimento desde 2014, quando se deu a conquista inicial do piso salarial, e fico tocada quando ouço a Elane falando aqui da beleza, da importância dessa categoria para o Sistema Único de Saúde. E, de fato, observando esse trabalho, eu vejo que é um trabalho essencial, e os agentes comunitários de saúde, e de zoonoses, são pessoas importantes na comunidade. Também sou oriunda da periferia de Dourados, e eu me lembro da presença de vários agentes passando pelas nossas casas, atendendo a minha família, de maneira que a gente sabe o valor da presença dessas pessoas, a gente sabe o quanto importante é o Estado estar presente na vida da comunidade, principalmente nas periferias das cidades. E quanto mais periférico o município, mais longe do Estado fica a população, mais dificuldade tem a população de sentir a presença do Estado. Outro dia conversava com uma pessoa que estava com um familiar doente, que não queria buscar o seu direito, com medo de, a força de brigar por um direito, acabar perdendo outro, pessoa extremamente simples, com dificuldade de compreender como é a política da saúde. Então, a presença do agente comunitário nas casas, indo até onde vivem as pessoas, é fundamental, é o Estado presente nesses lugares, isso representa uma segurança para a comunidade, porque a população passa a sentir a presença fiel do Estado naquela região. Então, eu vejo que essa luta apresentada aqui hoje é fundamental, porque um trabalho tem muito mais chances de ser eficiente quando há o reconhecimento, quando há investimento no trabalhador. Portanto, reconhecer como justa a luta do agente comunitário, neste momento, implica reconhecer a importância desse trabalho para a população. Então quero aqui dizer que essa luta é também a nossa luta; hoje quando cheguei aqui, a advogada lá de Dourados, a Pietra, me perguntou: "Mas você também está nessa luta?" — "Oh, Pietra, se é luta da classe trabalhadora, eu sou seguidora [aplausos]"... Porque sou sindicalista, e se o sindicato tem isso como pauta, isso pra mim é uma ordem. Então, de novo: essa luta é também a minha luta, contém comigo nessa caminhada, contém comigo também em

outras pautas (que venho acompanhando também) da categoria. E sim, eu sei da necessidade de haver uma lei regulamentando a questão, porque realmente cada município é uma realidade, e nós percebemos, numa reunião que fizemos aqui da frente parlamentar, a precariedade do tratamento que dão os municípios a esse trabalho. E trabalhador valorizado significa qualidade no serviço prestado à população, a gente precisa entender isso, e eu, repito, entendo que esse é um movimento importante. Finalizo parabenizando a categoria. Toda a conquista é resultado de luta. E quando olho para o histórico de lutas de vocês, para a determinação de vocês, eu percebo que o que faz vencer é acreditar que é possível, é mobilização, é organização... E estejam certos: todo e qualquer direito vem sempre como resultado de uma luta. Deixo aqui o meu abraço a cada um de vocês, presente aqui ou não, que está mobilizado nessa luta. Não deixem de acreditar na organização dessa luta, não deixem de acreditar no movimento, porque é ele que faz a transformação; e vocês têm como referência a Ruth Brilhante, que foi uma pessoa que acreditou, que lutou e conquistou, assim como vocês. Parabéns, continuem sonhando, acreditando, e contem conosco, porque esta também é uma luta nossa. Obrigada.

DEPUTADO ESTADUAL RENATO CÂMARA - MDB (proponente) —

Agradeço a presença da doutora Pietra, que faz um excelente trabalho, aqui representando os agentes lá de Dourados. Vou passar a palavra agora ao Marco Aurélio. Parabéns, Marco, por essa mobilização, sua, dos agentes; parabéns também ao Jonatan, que tem feito um trabalho importante para aglutinar todos os agentes nessa caminhada, que é de todos nós. Com a palavra o Marco Aurélio.

MARCO AURÉLIO AMORIM BONETTI (Sindracsse - Dourados) — Olá, muito boa tarde a todos, é uma alegria imensa estar aqui. Agradeço ao deputado Renato Câmara, presidente da frente parlamentar em defesa do ACS e do ACE aqui de Mato Grosso do Sul. Agradeço também ao deputado Geraldo Resende, ao deputado Dagoberto Nogueira, e a todos os parlamentares parceiros da categoria. Gostaria de fazer também uma referência à deputada Gleice, de Dourados, ao nosso vereador Elias Ishy, nosso vereador Sérgio, em cujas pessoas saúdo a todos os parceiros que muito nos têm ajudado. Bem, a doutora Elane pontuou com muita clareza a questão da aposentadoria especial, mas eu gostaria de assinalar que o que me move na questão da PEC 14 é o problema da precarização. Infelizmente, no Brasil, há ainda um número gigantesco de trabalhadores que não adentram o serviço público da maneira correta, da maneira como deve ser, através de vínculos que não se sustentam. E por que isso nos toca tanto o coração, por que acreditamos nessa pauta? É muito triste ver um servidor público que está ali dois, três, quatro — ou como vimos lá em dourados, pessoas com vinte — anos de serviço, sendo mandado embora assim sem mais, sem uma justificativa plausível, é triste ver uma situação dessas que, além do trabalhador, prejudica a própria comunidade. Porque o grande diferencial do agente comunitário de saúde, do agente de combate às endemias, é justamente esse vínculo que ele acaba criando com a comunidade. Como bem frisou a doutora Elane, o trabalho do agente é em tempo integral... Então eu queria fazer esse apelo à ACS, à ACE, não só de Mato Grosso do Sul, do Brasil inteiro: engrossemos o coro em prol da PEC 14, para que

possamos ajudar a todos os nossos companheiros do Brasil, para que possamos realmente dar um fim nesse drama. E aí, sem querer ser des cortês com ninguém, é bom lembrar que às vezes essas pessoas são utilizadas realmente como massa de manobra por determinados atores que não entendem a relevância do Sistema Único de Saúde. E isso realmente é um baque; em 2021, em Dourados, vivemos uma situação dessas envolvendo agentes de combate às endemias, os quais só ficaram sabendo que não mais faziam parte do quadro por uma publicação no diário oficial. Ora, ser desligado do quadro é uma situação que realmente deixa marcas, em quem sai e em quem fica; porque nós que entramos depois de 2006, já por meio de concurso público, nós fomos ensinados por essas pessoas, que não obstante toda a contribuição que deram são mandadas embora dessa forma. Então temos realmente de lutar por uma aposentadoria digna, porque como está a situação não dá para ficar; já ouvi por aí que alguns desses trabalhadores terão até que pedir algum tipo de auxílio governamental, porque o salário vai cair de forma expressiva... Então temos de lutar pela PEC 14, e temos de olhar também para esses trabalhadores que na sua cidade não têm uma associação, não têm um sindicato, e que muitas vezes são utilizados de maneira errônea por pessoas de má-fé. Mas, de novo, é uma alegria ver o esforço de vocês, é uma satisfação estar aqui hoje; se este evento é um sucesso, é graças a cada um de vocês. Eu costumo dizer lá na nossa entidade que o Sindracse tem como protagonistas o agente comunitário de saúde e o agente de combate às endemias. E nós estamos prontos para ajudar da melhor forma. Obrigado.

DEPUTADO ESTADUAL RENATO CÂMARA - MDB (proponente) — Gostaria de registrar a presença do pastor Sérgio, vereador, defensor também da categoria; do vereador Ishy, também militante na área; e de todos os demais vereadores presentes. Passo a palavra ao doutor Jamal, vereador, militante da causa de longa data, a quem parabenizo pelo trabalho. Doutor Jamal, é com você.

VEREADOR DOUTOR JAMAL MOHAMED SALEM (CG/MDB) — O ceremonial me havia dado quinze minutos para falar, mas como eu cedi treze para a Elane, vou tentar em dois minutos resumir o que tenho para falar. Inicialmente quero cumprimentar o deputado Renato Câmara, em cuja pessoa cumprimento os demais integrantes da mesa. Em nome da deputada Gleice, em nome do meu amigo Edson, ex-prefeito de Araguari, quero saudar a cada um de vocês, especialmente aos meus colegas vereadores. Bem, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias presentes aqui, eles já me conhecem, porque, deputada Gleice, eu sou médico atuante, trabalho na unidade básica de saúde da família, e estou sempre em contato direto com eles. Além disso, quando fui secretário municipal de Saúde, eu valorizei muito essa classe, apoiando muitas de suas reivindicações, inclusive a da jornada de seis horas, recentemente fizemos um projeto prevendo uma jornada de quatro horas, com outras duas horas reservadas para trabalho residencial, como digitação, etc... Eu sei da importância do agente de saúde, daquele que vai visitar a residência do paciente, daquele que traz o paciente, que marca a consulta na unidade de saúde. Eles realmente são guerreiros e merecem todo o nosso respeito. E o meu presidente Papy, da Câmara Municipal (onde sou vice-presidente da comissão de

saúde) pediu-me para transmitir a vocês que a Câmara Municipal de Campo Grande os está apoiando, está com vocês nessa luta; e quero aqui reforçar o nosso pedido, para encerrar, ao deputado Geraldo Resende, que está liderando esse movimento, que ele faça todas as articulações possíveis na Câmara Federal para que consigamos aprovar essa PEC, porque isso é muito importante [aplausos]... Vocês não imaginam o tamanho do trabalho que esses servidores vêm fazendo no dia a dia! Na época da Covid então, eles correram até risco de vida, correram risco de vida mas não deixaram de trabalhar, de fazer suas visitas. Lá na sua cidade inclusive, prefeito Edson, há várias equipes de agentes de saúde que eu conheço, conheço e posso afirmar que eles não deixaram de fazer o seu papel. Então quero agradecer a todos, e saibam que o doutor Jamal apoia a causa, está junto com vocês, naquilo que precisarem de mim, o nosso gabinete estará sempre aberto. Muito obrigado [forte aplauso].

DEPUTADO FEDERAL GERALDO RESENDE - PSDB/MS (segundo-vice-presidente da Comissão Especial Sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara Federal) — Nós temos aqui uma infinidade de questionamentos, e levaria um tempo muito grande para respondê-los. Em todo caso, todos eles serão encaminhados à comissão, que tratará de responder depois. Temos quatro perguntas acerca dos agentes comunitários de saúde indígenas e dos agentes de saneamento indígenas. Então, como disse anteriormente, nós já fizemos a emenda, e tudo indica que o relator, deputado Antonio Britto, vai atender a essa questão de contemplar também os agentes que trabalham nas comunidades indígenas. Quanto ao incentivo estadual, eu já disse várias vezes, em vários locais aonde fui: isso precisa ser questionado, por que não recebem um incentivo estadual os agentes que trabalham em comunidade indígena? Hoje esses agentes trabalham para o governo federal, que os remunera através do DSEI [Distrito Especial Indígena] e da Sesai [Secretaria de Saúde Indígena]. É preciso fazer uma composição com o governo do Estado... e aí temos a frente parlamentar dos agentes aqui na Casa, para articular isso, e temos também os legislativos municipais — mas essa luta tem de ser feita a partir de vocês: nada cai do céu, nada acontece sem o envolvimento na luta de todos que estão sendo prejudicados. Ontem mesmo estava eu lá em Dourados, na reserva indígena Jaguapiru, fui lá verificar as casas que conseguimos para as aldeias. Eram 130 casas só, agora chegamos a 1.637, fruto de uma luta incessante que travamos junto ao Ministério das Cidades, fiquei deveras fascinado em ver essas coisas acontecendo. Então é preciso iniciar a luta... Eu vou reproduzir aqui algumas perguntas, e acho que a Elane seria a pessoas mais adequada para responder. Sobre essa questão da aprovação da PEC, vou ler três perguntas, que a Elane pode responder a um só tempo. Primeira: "Uma vez aprovada na Câmara e no Senado, essa PEC passa a valer imediatamente? qual é o prazo?" Segunda: "Sabemos que há municípios cuja câmaras de vereadores já aprovaram projetos de lei invalidando a PEC 14. Isso é constitucional? isso é verdade?" A Elane vai responder, mas eu não conheço nenhum município nessa situação... Terceira: "Gostaria de saber detalhes sobre a idade mínima. Eu tenho doze anos como agente comunitário de saúde e 46 de idade; com que idade eu poderia me aposentar? Os meus registros como CLT entram nessa contagem?" Elane, por favor.

SENHORA ELANE ALVES (diretora do Fórum Nacional das Representações dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias) — A primeira pergunta me oferece a oportunidade de esclarecer uma dúvida frequente, principalmente aqui em Campo Grande. Há uma briga de narrativas, vereador, uns dizendo que o PLP é mais rápido do que uma PEC, outros que a PEC isso, que o PLP aquilo... Eu acho que precisamos amadurecer e compreender que a luta é para benefício dos agentes comunitários e agentes de endemias, independentemente de qual seja a proposta. Contudo, é preciso restabelecer algumas verdades. Quando se fala do que é mais rápido, tudo depende do processo político. Para vocês terem uma ideia, o PLP passou pela CAE [Comissão de Assuntos Econômicos], ele vai para a CAS [Comissão de Assuntos Sociais], passa na CCJ, para depois ir a plenário, isto no Senado. Depois vai para a Câmara, ali passa por duas ou três comissões, para depois ir para a plenário e seguir para a sanção do presidente, que pode sancionar ou vetar. A PEC, por sua vez, não precisa de sanção do presidente; ela já passou pela CCJ, terminando agora o seu exame na comissão especial, ela vai a plenário, na Câmara, na semana que vem (em primeira e segunda) e segue para o Senado. No Senado, ela passa na CCJ (que não altera o texto, julga apenas a admissibilidade), vai a plenário, e o processo se encerra. O caminho da PEC, convenhamos, é mais curto... Ah, mas a PEC precisa ser regulamentada... Não, nem sempre. Vou dar um exemplo. A Emenda 120 precisou ser regulamentada para ter validade? Não. Dia 5 de maio foi promulgada e no dia 6 o agente de saúde já tinha direito ao piso de dois salários mínimos, não precisou de regulamentação. O mesmo esperamos que aconteça com a PEC 14 no que diz respeito à aposentadoria, cujo relatório já virá com a regra de transição. Isto significa que haverá um prazo de seis meses, como foi na reforma de 2019, para que as previdências próprias façam a adequação das suas respectivas regras locais. Em não o fazendo, prevalecerá a regra da Emenda Constitucional oriunda da PEC 14. Nesse hiato entre a promulgação e o fim desses seis meses, deverá constar do relatório que o trabalhador não será desassistido, terá direito adquirido conforme todas as regras de transição da PEC 14. Portanto, objetivamente, deputado, dependerá a PEC 14 de regulamentação para ser aplicada? Não: ela é autoaplicável. Dependerá, sim, de regulamentação no que diz respeito à desprecarização. Por quê? Porque eu preciso que o município crie os cargos; como desprecarizar se o município não tem cargo? Ou seja, o município terá um prazo, que será, segundo o que nos disse o relator, até o término do atual mandato, isto é, até 31 de dezembro de 2028, para concluir a criação dos cargos e fazer a desprecarização: essa é a informação que eu tenho. No que toca à segunda pergunta, acredito que pode ser uma moção de apoio à PEC 14 que a Câmara tenha aprovado, agora, eu não entendo que uma lei municipal possa prever uma PEC que sequer foi aprovada ainda, de sorte que não me parece provável que isso seja verdade. Mas quero acrescentar uma informação importante: a PEC 14 obriga a União a repassar o complemento financeiro necessário para o pagamento da aposentadoria com integralidade e paridade, seja para o INSS, seja para previdência própria, isto para que não haja o argumento de que o município não tem condições financeiras de bancar a integralidade da aposentadoria. Assim, a União ficará comprometida financeiramente com a integralidade e a paridade de cem por cento relativamente aos agentes comunitários e agentes de endemias. Como funcionará isso, deputado Geraldo

Resende? [aplausos]... Dou um exemplo. Você contribuiu a vida inteira para receber um salário mínimo, mas agora você recebe dois; então, a média lá do instituto de previdência será de um salário mínimo, mas, de acordo com a regra da integralidade que a PEC vai lhe garantir, você tem direito a dois. Quem, teoricamente, vai pagar a diferença entre a regra geral e a regra da PEC será a União; então a União vai repassar mais um salário mínimo ao município para que seja complementada essa aposentadoria até dois salários mínimos, que são o piso do agente comunitário e do agente de endemias. Se você, outro exemplo, contribui para um salário e meio, aí a diferença a ser cobrada pela União será de meio salário. Se você hoje ganha três salários, e vai fazer as contas lá segundo a regra geral, você teria direito a um salário e meio, na aposentadoria; neste caso então a União vai repassar mais um salário e meio a título de complemento. Quanto vai dar isso? Nos cinco anos seguintes o impacto é de 5,1 bilhões de reais, e esse foi o acordo que o nosso deputado líder do PSD e relator da nossa PEC fez com o governo federal, o qual sinalizou positivamente, ou seja, o governo assumiu o compromisso de nos próximos cinco anos fazer esse repasse — terminado o governo do presidente Lula, pode vir outra administração, mas a garantia estará no texto constitucional, a garantia de que essa geração de agentes de saúde terá a integralidade e a paridade. Quanto à última pergunta, deputado, sobre a regra de transição, o que eu posso dizer, e não com cem por cento de certeza, porque o relatório só sai amanhã (não vou arriscar, afinal na política o que é certo hoje pode não ser daqui a um minuto), é o seguinte. Até hoje de manhã, na hora em que o líder me ligou, o que está posto é que teremos, na regra de transição, um paralelo com as mesmas regras dos professores. Relativamente aos professores, até 2019, não havia no texto constitucional idade mínima, a idade de 57 a 60 anos começa a figurar a partir da Emenda Constitucional de 2019, porém, há regras de transição, que começaram com 51 anos de idade — com a nossa categoria vai dar-se o mesmo. Nós propusemos a regra de transição, que começa com 50 e 52 para os atuais agentes, e que terminará só em 2041, quando então passarão a valer as idades de 57 e 60, equiparando-se assim à idade mínima dos professores. Esta então é a primeira regra de transição, que é a idade mínima progressiva, que é uma das regras de transição dos professores. Outra regra de transição que se adotou para os professores e que será também adotada em nosso caso é a regra de pontos, que também não vou arriscar dizer aqui como será; mas haverá essa regra de pontos que vai atender principalmente os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias, que começaram a trabalhar já com uma idade avançada e que muito provavelmente não conseguirão alcançar os 25 anos de profissão. Então haverá uma regra de pontos, segundo a qual se somará o tempo de serviço, ou de contribuição, com a idade, e a partir de "X" pontos dá-se a oportunidade a esse trabalhador de auferir sua aposentadoria com a integralidade e paridade [aplausos]...

DEPUTADO FEDERAL GERALDO RESENDE - PSDB/MS (segundo-vice-presidente da Comissão Especial Sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara Federal) — Pessoal, há algumas perguntas aqui que infelizmente não dá para a mesa responder, perguntas sobre adicional para quem fizer curso técnico de qualificação, outras acerca do incentivo que o governo do Estado paga (medida fruto da nossa iniciativa



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO SEMINÁRIO REGIONAL PARA DISCUSSÃO DA PEC Nº 14/2021
REALIZADA EM 29/09/2025**

tomada lá o ano de 2000) — se isso vai ou não ser incorporado, isso só poderá ser respondido após sair o relatório final. Há outras questões ainda, falando muito mais de problemas aqui da capital e do interior do que acerca da PEC 14 propriamente dita (que vai ser aprovada, espero, no Congresso Nacional). De forma que há algumas questões aqui que vou remeter à Elane, para que ela depois com calma possa responder. Agora vamos às considerações finais para que possamos encerrar às 16 horas, porque muitos de vocês vão ter que retornar às suas cidades de origem, é mais seguro viajar ainda de dia. Antes porém vou passar a palavra a um membro da mesa que, por falha nossa, ainda não foi ouvido. Passo então a palavra à Aparecida da Silva Salviano, presidente da Associação Três-Lagoense dos Agentes Comunitários de Saúde.

SENHORA APARECIDA DA SILVA SALVIANO (presidente da Associação Três-Lagoense de Agentes Comunitários de Saúde) — Boa tarde, nas pessoas do deputado federal Geraldo Resende e do deputado estadual Renato Câmara, cumprimento a todos. Meu nome é Aparecida Salviano, sou agente comunitária de saúde há 26 anos. Tenho orgulho de dizer que participei ativamente da fundação da nossa associação, da qual faço parte desde então, tendo já exercido a presidência por dois mandatos, sendo que atualmente estou de novo à frente da entidade. Ao longo dessa trajetória tivemos muitas conquistas em nosso município, já recebemos o IFA [Incentivo Financeiro Adicional] e agora seguimos na luta para garantir o adicional de insalubridade de 20% sobre o salário-base. Estou muito feliz em participar desta audiência, que representa mais um passo importante na busca da nossa aposentadoria especial. Quero reafirmar nosso compromisso e nossa determinação em continuar lutando sempre pela valorização da nossa categoria. Obrigada [aplausos]...

DEPUTADO FEDERAL GERALDO RESENDE - PSDB/MS (segundo-vice-presidente da Comissão Especial Sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara Federal) — Passo a palavra ao deputado Renato Câmara, para suas considerações finais.

DEPUTADO ESTADUAL RENATO CÂMARA - MDB (proponente) — Sucesso! Esta é a minha consideração final. Parabéns a todos por fazerem esse esforço de estar aqui fortalecendo esse grande movimento nacional. Contem comigo mais uma vez nessa caminhada. E voltem com Deus, sãos e salvos. Obrigado.

DEPUTADO FEDERAL GERALDO RESENDE - PSDB/MS (segundo-vice-presidente da Comissão Especial Sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara Federal) — Com a palavra o Marco Aurélio, para suas considerações finais.

SENHOR MARCO AURÉLIO AMORIM BONETTI (presidente do Sindicato Regional dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias - Dourados) — Bom, pessoal, sem querer ser redundante, quero deixar registrada mais uma vez aqui a satisfação de poder contar com cada um de vocês. Acho que o fundamental para que atinjamos nossos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO SEMINÁRIO REGIONAL PARA DISCUSSÃO DA PEC Nº 14/2021
REALIZADA EM 29/09/2025**

objetivos é essa união, e tenho certeza de que dentro em breve teremos muitas coisas boas a comemorar. Forte abraço a todos.

DEPUTADO FEDERAL GERALDO RESENDE - PSDB/MS (segundo-vice-presidente da Comissão Especial Sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara Federal) — Com a palavra o vereador Doutor Jamal.

VEREADOR DOUTOR JAMAL SALEM (CG/MDB) — Quero agradecer a presença de todos, agradecer ao deputado Renato Câmara, ao deputado federal Geraldo Resende, ao deputado Dagoberto. E quero dizer que o mais importante de tudo é continuar a mobilização, a mobilização é fundamental até que se aprove o projeto. Muito obrigado. Um forte abraço a todos.

DEPUTADO FEDERAL GERALDO RESENDE - PSDB/MS (segundo-vice-presidente da Comissão Especial Sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara Federal) — Registrando aqui nosso agradecimento pela belíssima exposição que fez, trazendo-nos um histórico das várias conquistas que tivemos lá no Congresso Nacional, conquista que impactaram profundamente a vida de cada um de vocês, passo a palavra à Elane, que é de fato uma liderança fortíssima nessa luta dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Elane, a palavra é sua. Uma salva de palmas para ela, que faz tanto por vocês [palmas]...

SENHORA ELANE ALVES (diretora do Fórum Nacional das Representações dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias) — Obrigada, deputado, pela gentileza, pelas palavras generosas. Nas minhas considerações finais eu quero fazer alguns registros. Primeiro quero agradecer ao Fnaras, o Fórum Nacional das Representações dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, por nunca haver desistido dessa bandeira. Por anos o Fnaras foi a única entidade que carregou a bandeira da PEC 14, por anos ninguém acreditava nessa pauta, por anos éramos o patinho feio do movimento dos agentes comunitários e dos agentes de endemias, por anos fomos chamados de grupo paralelo. Mas eu aprendi nesses 21 anos (não trinta) de luta com os agentes de saúde, que só existe uma forma de a gente perder: é se a gente desistir. E eu aprendi com Ruth que o agente de saúde não desiste nunca. Então, deputado, agradeço ao Fnaras por ser essa entidade que inclui os excluídos, que não desiste, e que tem como lema não deixar ninguém para trás, e o faço em nome da nossa presidente Valdas, pois acredito que esse é um agradecimento de todo o nosso povo, de cada um dos agentes comunitários e dos agentes de endemias, que muitas vezes não acreditou em si próprio, mas o Fnaras não desistiu de nenhum de vocês. E quem representa o Fnaras aqui no estado de Mato Grosso do Sul são pessoas muito valorosas, que suportaram e suportam muitas vezes essa pressão no anonimato, travando essa luta que não é fácil. Agradeço ao Marcos, à Cláudia, ao Anderson, à Kátia, ao Jonatan, ao João, por terem iniciado e permanecido na luta como lideranças, obrigado por hoje estarem usando a camisa de diretores do nosso Fnaras, muito obrigado por serem a nossa resistência no Mato Grosso

do Sul! Agradeço a Vossa Excelência também, deputado Geraldo Resende, por ser aquele que nos diz verdades quando os elogios nos turvam a vista, o deputado sempre nos convida a pôr o pé no chão. Eu o considero um amigo, deputado, não sei se o senhor me considera como tal... Inclusive já tomei a liberdade de lhe ligar às onze da noite lhe pedindo socorro, pedindo-lhe para ser o nosso presidente, presidente da comissão da PEC 14, mas ele, com muita generosidade, declinou do convite duas vezes... para termos hoje o deputado Doutor Luizinho, que é um líder do PP e líder da Federação União Brasil/PP, o que para nós é um trunfo gigantesco, porque ele lidera mais de cem deputados na Câmara, e foi a tranquilidade dessa articulação que nos permitiu isso. Depois todo mundo passou a querer ser membro da nossa comissão da PEC, aí o líder do União Brasil achou também que não podia ficar de fora: "Eu quero ser o vice-presidente". O primeiro-vice-presidente é o líder do União Brasil, e o deputado passou então a ser o segundo-vice-presidente... Mas de fato ele foi o presidente da comissão o tempo todo. Então parabéns para o nosso presidente. No mais, agradeço ao deputado Dagoberto, por ter aceitado nosso convite de se tornar membro da comissão. Obrigado ao PSDB, só havia duas vagas para o PSDB, e essas vagas foram para os nossos dois representantes do Mato Grosso do Sul. Aliás, Mato Grosso do Sul, que vem sendo exemplo de mobilização, vereador, em 2021 foi o único estado onde cem por cento da bancada assinaram a PEC 14, como autores e coautores — graças à articulação dos nossos diretores e da nossa categoria. Parabéns para todos vocês. E vocês agora têm uma missão renovada, que é colocar cem por cento dos deputados de Mato Grosso do Sul para votar a favor da PEC 14, dias 7 e 8 de outubro. Por fim, deputado, quero lhe dizer que toda a honra, toda a glória têm de ser dadas ao nosso Deus. Eu rejeito essa ideia de estátua, não quero nada disso, eu quero é trabalhar, que eu sou a pessoa mais feliz do mundo. Às minhas colegas advogadas, quero dizer que se vocês tiverem a dedicação que eu tenho, fique tranquilas: nesses vinte anos nessa labuta, não houve um dia sequer em que eu tenha me arrependido de haver encarado essa luta com os agentes; aprendo todo dia com eles, sou muito feliz, realizada na minha profissão; porque eu entendo, deputado, que eu, dentro da advocacia, e Vossa Excelência e outros deputados, na política, temos a missão de fazer o bem ao nosso povo, e defender a causa dos agentes comunitários e dos agentes de endemias como um objetivo de luta dos seus mandatos, assim como o faço na minha vida profissional, tenho certeza que isso agrada muito a Deus, e isso nos dá muita satisfação, afinal estamos ajudando pessoas que merecem, pessoas de bem, pessoas que mudam a vida de gente que realmente é necessitada. Então, estou feliz, não preciso de homenagem nem de estátua, de nada disso, porque Deus já me deu o maior reconhecimento de todos que é ser feliz com aquilo que eu faço todos os dias. Portanto repito: toda a honra e toda a glória ao nosso Deus. Se Deus quiser, dia 7 e 8 nossa vitória vem. E PEC 14... já! PEC 14 já!

DEPUTADO FEDERAL GERALDO RESENDE - PSDB/MS (segundo-vice-presidente da Comissão Especial Sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias da Câmara Federal) — Quero agradecer a cada um de vocês pela presença. Agradeço a presença de vereadores, de vários partidos, de várias cidades. Agradecemos à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, na pessoa do deputado Renato Câmara, a quem



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO SEMINÁRIO REGIONAL PARA DISCUSSÃO DA PEC Nº 14/2021
REALIZADA EM 29/09/2025**

pedimos que leve o nosso agradecimento até o presidente Gerson Claro, por ceder esse espaço. Obrigado às lideranças do movimento, que fizeram com que nós, num curto espaço de tempo, tivéssemos essa belíssima mobilização. E peço a todos que não esmoreçam. E não esqueçamos a célebre frase da saudosa Ruth Brilhante, que tão bem conduziu a categoria durante vários anos e fez com que tivéssemos grandes conquistas lá no Congresso Nacional. Peço então a vocês que nos levantemos todos e que entoemos o grito de guerra que ficou conhecido em todo o país, principalmente nos corredores do Congresso Nacional. A união faz a força!! (15h57min).